



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0015032-45.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo**
Requerente: **Sebastião Corradini de Oliveira**
Requerido: **Gol Lineas Aéreas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter reservado junto à ré passagens de ida e volta para viagens de São Paulo a Salvador e posteriormente de São Paulo a Vitória, realizando os pagamentos respectivos.

Alegou ainda que em virtude de problema de saúde solicitou o cancelamento dos bilhetes e o reembolso dos valores pagos, mas isso não sucedeu.

Almeja a essa restituição.

Os documentos de fls. 03/11 e 75 prestigiam satisfatoriamente as alegações do autor, confirmando a reserva das passagens, os pagamentos respectivos (não impugnados em momento algum), os pedidos de cancelamento das viagens com o reembolso do que fora despendido e o problema de saúde que lhe rendeu ensejo, o qual perdurava até recentemente.

Já a ré em contestação refutou o pleito exordial sob o fundamento de que o autor tinha ciência há tempos de seu problema de saúde e não apresentou laudo médico de que não estava em condições de realizar as viagens.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Como ele não compareceu em momento oportuno para realizar o *check in*, foi exclusivamente sua a responsabilidade pelos fatos trazidos à colação, não fazendo jus a qualquer ressarcimento.

Outrossim, aludiu à condição do autor de litigante de má-fé, tendo em vista o ajuizamento de ações semelhantes com o propósito de enriquecer-se ilicitamente.

O argumento de que a presente ação é conexa à indicada a fl. 18 não merece acolhimento à míngua de demonstração consistente de que ambas estivessem alicerçadas na mesma causa de pedir.

No mérito, não assiste razão à ré.

Com efeito, de início não há comprovação segura de que a mensagem eletrônica mencionada a fl. 22 chegou a conhecimento do autor.

Como se não bastasse, ainda que assim fosse a postura da ré seria inaceitável, pois restou incontroverso que ela soube do pedido de cancelamento feito pelo autor.

A exigência de laudo médico não se justificava então por falta de respaldo que a legitimasse, mas de qualquer sorte ficou claro a fl. 75 que o mal que acomete o autor ainda continua produzindo consequências para ele.

Nesse contexto, e sem embargo de inexistir obrigação de apresentação de laudo médico à ré, é inegável que o fundamento da restituição postulada era pertinente, sendo esse o aspecto relevante a nortear a solução do pleito.

O quadro delineado torna de rigor o acolhimento da pretensão deduzida, inclusive como forma de evitar o inconcebível enriquecimento sem causa da ré cristalizado no recebimento de valor por serviços que não prestou.

Ela sabia do pedido de cancelamento levado a cabo pelo autor, de sorte que não incumbia a este comparecer em tempo certo para a consumação do *check in*.

Ressalvo, ademais, que não se discute sobre a legalidade ou não de taxas porventura cobradas (aliás, não especificadas) pela ré, porquanto a solicitação de cancelamento foi formulada com a necessária antecedência.

Por fim, nem se diga que o autor seria litigante de má-fé.

Ao menos na espécie vertente (não se apurou com segurança o fundamento das outras ações referidas a fl. 19) ele tenciona somente a devolução do que pagou por serviços que não utilizou.

Por outras palavras, não se vislumbra a perspectiva de enriquecimento baseada na mera recomposição patrimonial almejada.

O pedido prospera, portanto, tal como formulado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 756,56, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de janeiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA